

INTEGRAÇÃO DE EIXOS FORMATIVOS: IMPACTOS NO ORÇAMENTO ANUAL DO IFSC CÂMPUS ARARANGUÁ

Andressa Ehlert Moreira da Silva

Especialista em Moda: Gestão e Marketing. andressa.moreira@ifsc.edu.br

Marcelo Salmeron Figueredo

Doutor em Administração. marcelo.figueredo@ifsc.edu.br

RESUMO

Este artigo tem como objetivo geral, elaborar uma proposta de integração de eixos formativos, com ênfase nos impactos no orçamento anual do IFSC, Câmpus Araranguá. Foram desenvolvidos os seguintes objetivos específicos: analisar a convergência de matrizes curriculares e ementas nos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC's), ofertados; investigar percepção dos coordenadores de curso quanto às possibilidades de convergência, visando eixo formativo integrado; elaborar proposta de integração de eixos formativos; caracterizar nível de impacto da proposta no orçamento do Câmpus. O percurso metodológico, de natureza aplicada e de cunho descritivo, foi estruturado a partir de um estudo de caso, com abordagem predominantemente qualitativa. Foram entrevistados coordenadores de curso, docentes e membros da direção do Câmpus, através de um questionário semiestruturado. A proposta de integração de eixos formativos possibilita ampliação da interdisciplinaridade entre cursos, melhor aproveitamento de espaços físicos, carga horária do docente e os objetivos de desenvolvimento sustentável (4 – Educação de Qualidade; 8 – Emprego e desenvolvimento econômico; 10 – Redução das desigualdades). Uma reorganização curricular com esse viés carece de amplo debate entre a comunidade acadêmica e articulação coordenada das áreas. A investigação aponta, a partir da fala dos entrevistados, que não há relação direta da integração de eixos formativos com o orçamento anual do Câmpus. Existe, entretanto, relação direta com os indicadores institucionais organizados na Plataforma Nilo Peçanha (PNP), com número de alunos equivalentes, relação professor versus aluno. A melhora desses indicadores é amparada pelos princípios de gestão e governança pública, no âmbito do princípio da eficiência.

Palavras-chave: Eixos Formativos na Educação. Matriz Orçamentária. Prática Curricular.

ABSTRACT

The general objective of this article is to elaborate a proposal for the integration of training axes, with an emphasis on the impacts on the IFSC annual budget, Câmpus Araranguá. The following specific objectives were developed: to analyze the convergence of curricular matrices and menus in the Pedagogical Course Projects (PPC's), offered; investigate the perception of course coordinators regarding the possibilities of convergence, aiming at an integrated formative axis; prepare a proposal for the integration of training axes; characterize the level of impact of the proposal on the Campus budget. The methodological path, of an applied nature and of a descriptive nature, was structured based on a case study, with a predominantly qualitative approach. Course coordinators, teachers and members of the Campus management were interviewed, through a semi-structured questionnaire. The proposal for the integration of training axes enables the expansion of interdisciplinarity between courses, better use of physical spaces, teaching hours and the objectives of sustainable development (4 - Quality Education; 8 - Employment and economic development; 10 - Reduction of inequalities). A curricular reorganization with this bias needs a wide debate between the academic community and coordinated coordination of the areas. The investigation points out, based on the interviewees' statements, that there is no direct relationship between the integration of training axes and the annual budget of the Campus. However, there is a direct relationship with the institutional indicators organized on the Nilo Peçanha Platform (PNP), with the number of students equivalent, teacher versus student relationship. The improvement of these indicators is supported by the principles of management and public governance, within the scope of the principle of efficiency.

Keywords: Educacional Training axes. Annual Budget. Curricular Practice.

1 INTRODUÇÃO

A oferta de cursos em instituições de ensino, públicas ou privadas, segue diretrizes de cunho regulatório, como a Base Nacional Comum Curricular, para cursos de nível médio, os Catálogos Nacionais de Cursos Técnicos e de Cursos Superiores de Tecnologia, as Diretrizes Curriculares Nacionais, para cursos de graduação (estes últimos, a partir da Lei do Sistema Nacional de Avaliação de Cursos Superiores – SINAES, também são regidos pelo Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação – IACG). As tensões geradas por estes elementos regulatórios, somadas a outros contextos da práxis acadêmica, leva a seguinte questão problema: existe espaço para criação de currículos de curso com graus de convergência, com possibilidade de curricularização integrada entre cursos?

A partir desta problemática este estudo tem como objetivo geral elaborar uma proposta de integração de eixos formativos, com ênfase nos impactos no orçamento anual do IFSC, Câmpus Araranguá (IFSC Araranguá). Para sistematizar o objetivo geral proposto, o trabalho foi organizado a partir dos seguintes objetivos gerais: analisar a convergência de matrizes curriculares e ementas nos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC's) ofertados; investigar percepção dos coordenadores de curso quanto às possibilidades de convergência, visando eixo formativo integrado; elaborar proposta de integração de eixos formativos; caracterizar nível de impacto da proposta no orçamento do Câmpus.

O IFSC Araranguá atualmente oferta três cursos técnicos integrados (Produção de Moda, Eletromecânica e Vestuário), três cursos concomitantes (Produção de Moda, Eletromecânica e Têxtil), dois cursos superiores (CST em Design de Moda e Licenciatura em Física), além de duas especializações (Educação Científica e Tecnológica e Educação Científica e Matemática). Conta também com oferta de especializações na modalidade de educação à distância (que não foram objeto deste estudo por serem ofertadas e coordenadas pelo Centro de Referência em Formação e Educação à Distância - CERFEAD). Diversos cursos de Formação Inicial ou Formação Continuada (FIC's) já foram ofertados pelo Câmpus, frente ao fato da oferta desses cursos não ser periódica, estes não integraram a análise.

O termo eixo formativo é utilizado em diversos contextos na literatura acadêmica, porém a título de definição para este estudo será definido com o seguinte texto: conjunto de saberes que podem ser curricularizados em cursos diversos. A integração de eixos formativos visa um alinhamento vertical (entre níveis de formação, qualificação profissional, técnicos de nível médio, graduação e pós graduação) e horizontal (entre cursos de diferentes áreas), de

saberes que tangenciam diversos campos de conhecimento (geralmente profissionalizantes).

O percurso metodológico, de natureza aplicada, será um estudo de caso, com lócus de pesquisa já qualificados anteriormente. Serão estudados os projetos pedagógicos de curso, com suas respectivas matrizes curriculares coletada a percepção dos atores institucionais para uma proposta de integração de eixos formativos. Para estruturação o eixo formativo escolhido será o profissionalizante, com unidades curriculares que possam ser ofertadas a alunos de diversos cursos, mesmo que em diferentes níveis de formação. A partir da proposta de integração será discutido o impacto da proposta no orçamento anual do Câmpus Araranguá e também nos indicadores institucionais, organizados na Plataforma Nilo Peçanha (PNP). Com a intenção de qualificar a proposta serão entrevistados, a partir de mediação de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's) coordenadores de curso, docentes e membros da direção do Câmpus).

Espera-se com este estudo, a partir dos princípios de gestão e governança pública, trazer à luz uma proposta que otimize recursos institucionais (salas de aula, laboratórios, insumos), sem ferir os requisitos legais ou elementos pedagógicos que regem os cursos ofertados pela Instituição Federal de Ensino. Pretende-se também defender possíveis ganhos pedagógicos com base nos aspectos de interdisciplinaridade e transdisciplinaridade da proposta.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Na visão tradicional, o currículo é pensado como um conjunto de fatos, de conhecimentos e de informações, selecionados do estoque cultural mais amplo da sociedade, para serem transmitidos aos educandos, pressupondo-se: a) um consenso em torno do conhecimento que deve ser selecionado; b) uma coincidência entre a natureza do conhecimento e da cultura mais gerais c) uma relação passiva entre quem “conhece” e aquilo que é conhecido; d) o caráter estático e inercial da cultura e do conhecimento (SILVA, 2001).

Frente ao exposto, de alteração curricular geram debates e tensões a partir de elementos pedagógicos, crenças dos atores institucionais, cultura, percepções relacionadas à prática docente ao longo da história do curso. Não é exagero afirmar que o currículo, em sua concepção, é um fetiche.

O currículo é um fetiche. O currículo é um fetiche, antes de mais nada, para os “nativos”: alunos, professores, teóricos educacionais. Nesse culto “nativo” do fetiche, o currículo – o conhecimento, a informação, os “fatos” - é uma coisa que se possui, que se carrega, que se transmite, que se transfere, que se adquire. O currículo é uma lista de tópicos, de temas, de autores. O currículo é uma grade. O currículo é um guia. O currículo está num livro, o currículo é um livro. O currículo é, enfim, uma coisa. Na cultura “nativa”, o currículo é matéria inerte, inanimada, paralisada, a que se atribui, entretanto, poderes extraordinários, transcendentais, mágicos. Os poderes do fetiche “currículo” vem do sobrenatural, do incógnito, do sobre-humano, do além. E operam maravilhas, milagres, prodígios. De posse do fetiche - o conhecimento corporificado no currículo - os “nativos” se sentem seguros, assegurados, protegidos contra a incerteza, a indeterminação e a ansiedade do ato de conhecer (SILVA, 2001, p. 99).

A manifestação física da elaboração curricular geralmente toma forma de documentos, resoluções, manuais. Sua prática, refletida no perfil do egresso, traz consigo um misto etéreo entre o formalizado e o imanente do querer fazer. É nesse limbo que surgem as possibilidades e propostas de inovação, muitas destas, sufocadas pelos elementos estruturantes e regulatórios contidos no elemento físico (projetos pedagógicos de curso, planos de desenvolvimento institucional, catálogos de curso, diretrizes curriculares nacionais, estrutura física e suas capacidades operacionais).

Neste contexto, Oliveira (2018) reforça que o currículo estabelece os componentes curriculares destinados à formação básica propedêutica e também os de formação técnica e profissionalizante. Nesse sentido, o currículo determina toda a forma de organização escolar, desde a organização dos componentes curriculares de cada curso, como também a organização do espaço físico, formas de avaliação, dentre outras questões que são inerentes ao contexto educacional. É necessário destacar que “é comum pensarmos o currículo pelo seu caráter prescritivo. Essa característica está relacionada com a política curricular, que considera a distribuição de poder de forma linear” (SOUZA; SOUZA JÚNIOR, 2013, p. 7). São profundas as relações entre currículo e produção de identidades sociais e individuais. Educadores e educadoras buscam, muitas vezes, formular projetos educacionais e curriculares que se contraponham às características que fazem com que o currículo e a escola reforcem as desigualdades da presente estrutura social, forjando uma relação direta do currículo e da construção da cidadania e do cidadão (MOREIRA; SILVA, 2002, p. 33 e 34).

Esse contexto, de conflito entre o ente regulatório e burocrático e o livre pensar das estruturas curriculares, traduz-se na grande maioria dos casos em propostas reprodutivistas de projetos de curso. Não raro, cursos de mesmo eixo tecnológico, na mesma instituição e Câmpus, apresentam baixo nível de interação curricular. Desta forma, pensar em um saber que possa ser trabalhado em diversos cursos, mesmo que em diferentes níveis, é visto como

algo inovador, quiçá impossível de ser implementado.

A temática curricular, a partir da ótica dos eixos formativos, não é objeto de estudo recente. Diversos autores, como destacado no quadro 1 a seguir, elencam propostas, nos mais diversos campos do conhecimento.

QUADRO 1 - Estudos sobre currículo

DA SILVEIRA; ESCOTT (2020)	Ensino Médio Integrado: uma proposta de autoavaliação.
RAMIREZ; MATOS (2019)	A formação por competências: um estudo na matriz curricular do curso superior de Tecnologia em Gestão Empresarial
SILVA (2019)	A individualização dos percursos formativos como princípio organizador das políticas curriculares para o Ensino Médio no Brasil
BORMANN (2017)	O programa Ensino Médio Inovador e a Proposta de Integração Curricular para o Ensino Médio
SENA; ABRANCHES (2015)	A matriz curricular nacional para ações formativas dos profissionais da área de segurança e o currículo do curso de formação de oficiais bombeiro militar: quais relações possíveis?
BORGES (2014)	Eixo Estruturante e Transversalidade: elementos orientadores dos currículos da formação de profissionais da educação
DE ALMEIDA CIODARO; DE MELLO (2014)	Proposta de dois eixos formativos para educação econômica autogestionária na educação integral
BEZERRA (2012)	Políticas e planejamento do ensino médio (integrado ao técnico) e da língua estrangeira (inglês): na mira (gem) da politécnica e da integração
GESSER (2010)	A interdisciplinaridade como matriz para os currículos dos cursos de comunicação social
ALBUQUERQUE et al. (2007)	Integração curricular na formação superior em saúde: refletindo sobre o processo de mudança nos cursos do Unifeso
VALLS GABERNET; MONCLÚS (2001)	El estudio de los itinerarios escolares y post-escolares como pauta de reflexión en la construcción de una escuela y una sociedad para todos

Fonte: Elaborado pelos autores.

Cabe destacar que apesar das tensões entre os elementos regulatórios e a prática curricular dos cursos, presente nas propostas curriculares organizadas nos Projetos Pedagógicos de Curso, os entes regulatórios em questão, pressupõe graus de liberdade que possibilitaria a criação de currículos inovadores e integrados, conforme destacado nos trechos

de lei a seguir.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) Lei n. 9.394/96, regulamenta o sistema de ensino nacional brasileiro (público e privado), deu base para a elaboração das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para os cursos de Graduação. Versa o texto da lei que o objetivo das DCN's é assegurar ao ensino superior maior flexibilidade na organização curricular dos cursos. Da mesma forma Parecer CNE/CES nº 776/97, aprovado em 3 de dezembro de 1997, que trata da Orientação para as diretrizes curriculares dos cursos de graduação, destaca:

Convém lembrar que a figura do currículo mínimo teve como objetivos iniciais, além de facilitar as transferências entre instituições diversas, garantir qualidade e uniformidade mínimas aos cursos que conduziam a um diploma profissional. A nova LDB, no entanto, em seu art. 48, pôs termo à vinculação entre diploma e exercício profissional, estatuidando que os diplomas constituem-se em prova da formação recebida por seus titulares. Isto propicia toda uma nova compreensão da matéria. Além do mais, os currículos dos cursos superiores, formulados na vigência da legislação revogada pela Lei 9.394, de dezembro de 1996, em geral caracterizam-se por excessiva rigidez que advém, em grande parte, da fixação detalhada de mínimos curriculares a qual resulta na progressiva diminuição da margem de liberdade que foi concedida às instituições para organizarem suas atividades de ensino.

A redução da intervenção direta do Estado exige uma nova forma de intervenção. Surgem assim, as agências reguladoras. A criação de agências nasceu da necessidade de normatizar os setores dos serviços públicos delegados, bem como buscar o equilíbrio e harmonia entre o Estado, usuários e delegatários (BANDEIRA DE MELLO, 2014). No âmbito da educação, direito previsto na Constituição Federal de 1988, que em seu art. 206 traz garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida, o setor privado assume papel preponderante na oferta educacional, dada a incapacidade do Estado de suprir a necessidade. Desta forma o Estado como ente regulador é formalizado através de diretrizes curriculares, exemplificadas a seguir.

O Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia, lançado em 2006, é um guia de informações sobre o perfil de competências do tecnólogo. Ele apresenta a carga horária mínima e a infraestrutura recomendada para cada curso. O Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT) é um referencial normativo específico para subsidiar o planejamento dos cursos de educação profissional técnica de nível médio, incluindo as possibilidades de saídas intermediárias com certificações em qualificações profissionais. A 3ª edição do CNCT apresenta 227 cursos, agrupados em 13 eixos tecnológicos, com a seguinte descrição por curso: cargas horárias mínimas; perfil profissional de conclusão; infraestrutura mínima requerida; campo de atuação; ocupações associadas à Classificação Brasileira de

ocupações (CBO); normas associadas ao exercício profissional e possibilidades de certificação intermediária em cursos de qualificação profissional, de formação continuada em cursos de especialização e de verticalização para cursos de graduação no itinerário formativo.

A Constituição Federal de 1988 em seu artigo 5º, destaca que Art. 37 “a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência”.

Importa destacar que, segundo Paludo (2010, p. 25):

Cada princípio deve ser compreendido e aplicado sem a perda da harmonia e da coerência do sistema, mediante interpretação sistemática que preserve a harmonia, a racionalidade e a congruência em sua aplicação às situações concretas vividas pela Administração Pública, quando em suas relações com os administrados e a sociedade.

“Na Administração Pública não há liberdade nem vontade pessoal. Enquanto na administração particular é lícito fazer tudo que a lei não proíbe, na Administração Pública só é permitido fazer o que a lei autoriza” (MEIRELLES; BURLE FILHO; BURLE., 2016, p. 93).

Com relação ao princípio da eficiência Meirelles, Burle Filho e Burle (2016) esclarecem que:

O princípio da eficiência exige que a atividade administrativa seja exercida com presteza, perfeição e rendimento funcional. É o mais moderno princípio da função administrativa, que já não se contenta em ser desempenhada apenas com legalidade, exigindo resultados positivos para o serviço público e satisfatório atendimento das necessidades da comunidade e de seus membros.

Já Bandeira de Mello (2014) traz, nas palavras do autor, ressalva óbvia, ao princípio da eficiência, ao discorrer que o princípio da eficiência não pode ser concebido fora do princípio da legalidade, pois jamais a busca da eficiência deve pressupor o dever administrativo por excelência, o da legalidade, supracitado. De fato o princípio da eficiência é parte de um princípio mais amplo, o da “boa administração”. Entende-se pelo exposto que a busca da eficiência, no escopo curricular, não é tarefa impensada, mas desafio posto e constante dos atores institucionais, não devendo ser pauta única e determinante nos caminhos escolhidos para o percurso pedagógico, nem tampouco relegada ao limbo do esquecimento por pressupostas impossibilidades.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O percurso metodológico, de natureza aplicada e cunho descritivo, caracteriza-se como um estudo de caso, no Instituto Federal de Santa Catarina, Câmpus Araranguá. O estudo de caso busca respostas para fenômenos em locais específicos, com finalidade de compreender intensivamente um fenômeno típico, pressupondo-se pesquisas posteriores, a partir deste, com maior número de sujeitos ou locais (APPOLINÁRIO, 2012). A pesquisa descritiva interpreta a realidade sem nela interferir, narra os fatos a partir da organização dos dados e percepções dos sujeitos do ambiente (APPOLINÁRIO, 2012).

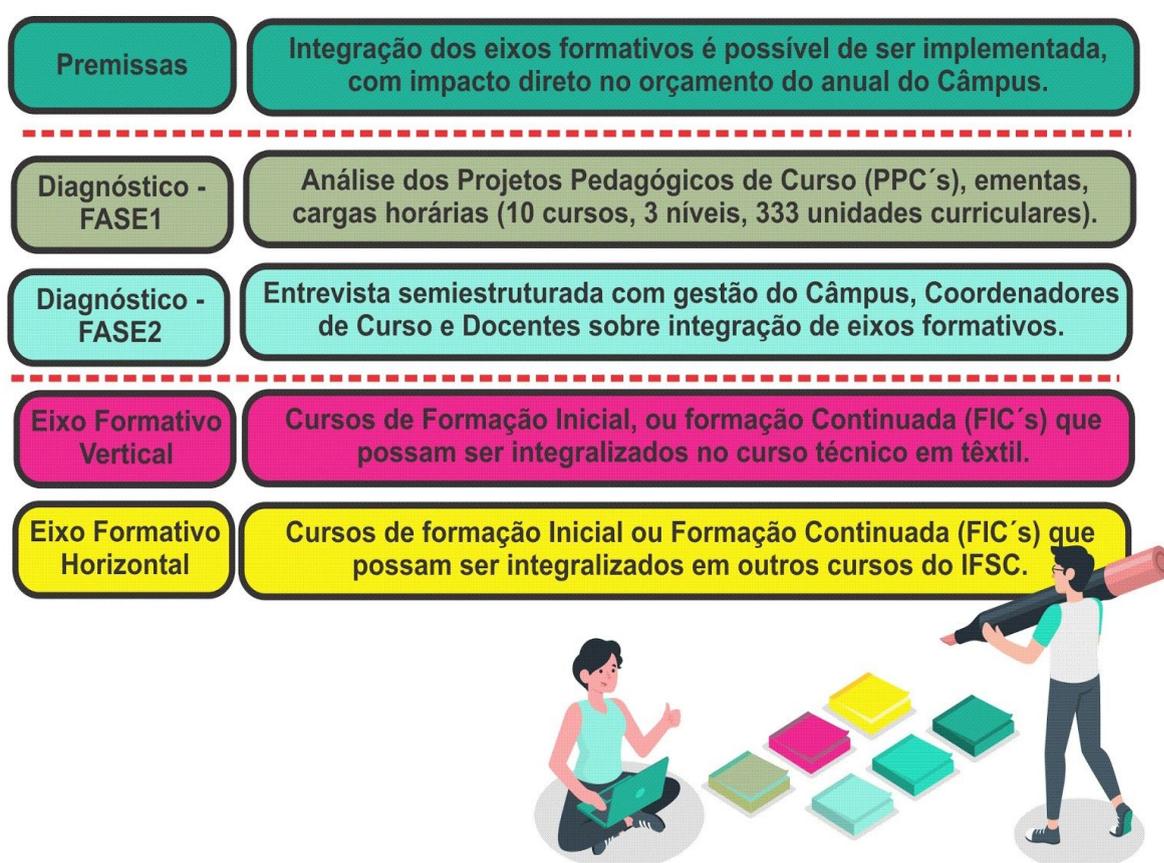


FIGURA 1 - Percurso Metodológico

Fonte: Elaborado pelos autores.

Foram estudados os projetos pedagógicos de curso, com suas respectivas matrizes curriculares e elaborada uma proposta de integração de eixos formativos. Para análise foram consideradas a ementa e a carga horária das unidades curriculares. Unidades curriculares com

ementas semelhantes e carga horária com variação de até 75% foram consideradas convergentes. O quadro 2 a seguir ilustra a metodologia de análise.

QUADRO 2 - Análise de convergência das ementas

Curso	Unidade Curricular	ch	Ementa	Status
Técnico Integrado em Vestuário	Desenho de Moda	40	Desenvolver e produzir produtos de vestuário, seguindo padrões de qualidade pré estabelecidos e com responsabilidade socioambiental.	Não Conv.
Técnico Integrado em Moda	Desenho de Moda	40	Elaborar a composição de looks e ambientes direcionados para produção publicitária, exposições, eventos de moda de acordo com o contexto mercadológico	Não. Conv.
Especialização Científica e Matemática	Fundamentos de Pesquisa em Educação Científica e Matemática	45	A produção do conhecimento a partir do processo de pesquisa; Tipos de pesquisa; Procedimentos de pesquisa em educação; Elaboração de projetos de pesquisa; Prática da pesquisa em sala de aula; O professor pesquisador; Diretrizes para a elaboração de projetos a partir das normas acadêmico-científicas; Tendências atuais da investigação científica em educação; Construção do sujeito pesquisador: pesquisa, educação e cultura.	Conv.
Especialização Científica e Tecnológica	Fundamentos de Pesquisa em Educação Científica e tecnológica	40	Construção do conhecimento científico. História da pesquisa e seu campo - definição e tipos de pesquisa. Tendências atuais da investigação científica em educação. Construção do sujeito pesquisador: pesquisa, educação e cultura. Novas tecnologias de comunicação e informação e sua aplicação na pesquisa. Diretrizes para a elaboração de projetos a partir das normas acadêmico-científicas. Produção científica e os sistemas de avaliação e fomento da pós-graduação no Brasil.	Conv.

Fonte: Elaborado pelos autores

Para estruturação da proposta de integração, inicialmente foram elaborados três cursos de formação inicial, a partir do projeto pedagógico do curso técnico em têxtil, visando ilustrar a integração de eixos formativos em um único curso (curso livre, qualificação profissional, curso técnico), caracterizada como integração vertical. Posteriormente foi organizada uma

proposta de curso de formação inicial, de cunho profissionalizante, que possa ser ofertada em diversos cursos, mesmo que em diferentes níveis de formação, caracterizada com integração horizontal. A partir da proposta de integração discutiu-se o impacto no orçamento anual do Câmpus e nos indicadores institucionais organizados na Plataforma Nilo Peçanha. Foram entrevistados, a partir de mediação de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's) coordenadores de curso, docentes e membros da direção do Câmpus. No momento das entrevistas, gravadas e disponibilizadas aos participantes, foi lido o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e o termo de autorização institucional para realização da pesquisa. A abordagem do trabalho foi predominantemente qualitativa, ou seja, apesar de elementos documentais numéricos organizados em tabelas, as contribuições foram pautadas nas falas e percepções dos sujeitos de pesquisa. A pesquisa qualitativa, busca compreender e aprofundar os fenômenos estudados a partir da perspectiva dos participantes de um ambiente natural em relação ao contexto, ou seja, a forma como a partir de suas experiências, pontos de vista, opiniões os participantes percebem, subjetivamente sua realidade (SAMPIERI, COLLADO; LUCIO, 2013).

4 RESULTADOS DE PESQUISA

O Instituto Federal de Santa Catarina, Câmpus Araranguá (IFSC Araranguá) oferta atualmente dez cursos presenciais, detalhados no quadro 3 a seguir. Além dos cursos presenciais, oferta especializações na modalidade de Educação à Distância (EaD), em parceria com o Centro de Referência em Formação e Educação a Distância (CERFEAD), não detalhadas neste estudo por não serem objeto desta pesquisa. Dos dez cursos ofertados, três são técnicos integrados de nível médio, três técnicos concomitantes de nível médio, dois superiores e duas especializações.

O quadro em questão nomina os cursos, cita as portarias de criação ou atualização, a quantidade de unidades curriculares, cargas horárias e o total de vagas anuais. Percebe-se que o curso técnico concomitante em eletromecânica não passa por atualização desde sua criação em 2009, estando inclusive com carga horária acima do estabelecido no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, que sugere 1200 horas para integralização do curso. Outro curso com carga horária acima da regulamentada é o Curso Superior de Tecnologia em Design de Moda, com 2920 horas, frente a uma exigência de 1600 horas de carga horária mínima, segundo o Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia.

QUADRO 3 - Caracterização dos cursos ofertados

CURSO	Resolução CEPE	Criação/ Alteração	Total de UC's	Tota l CH	VAGAS ANUAIS
Técnico Integrado em Produção de Moda	96	2019	56 ¹	3120	36
Técnico Integrado Vestuário	91	2019	58 ²	3360	36
Técnico Integrado em Eletromecânica	92	2019	60 ³	3360	36
Técnico Concomitante em Produção de Moda	36	2014	18	800	64
Técnico Concomitante em Têxtil	22	2019	17	1200	80
Técnico Concomitante em Eletromecânica	16	2009	32	1600	128
Curso Superior de Tecnologia em Design de Moda	39	2014	42	2920	40
Licenciatura em Física	100	2011	58 ⁴	3400	72 ⁵
Especialização em Educação Científica e Matemática	19	2019	10	420	20
Especialização em Educação Científica Tecnológica	30	2015	12	450	40

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos Projetos Pedagógicos de Curso.

¹56 UC's, sendo 11 Uc's chamadas de Componentes curriculares eletivos (40 horas).

²58 UC's, sendo 10 Uc's chamadas de Componentes curriculares eletivos(40 horas).

³60 UC's, sendo 10 Uc's chamadas de Componentes curriculares eletivos(40 horas).

⁴58 UC's, sendo 10 Uc's optativas.

⁵72 sendo 36 vagas no período noturno, 36 vagas no período vespertino.

O quadro 3 demonstra também que os cursos ofertados pelo IFSC Araranguá, somam 333 unidades curriculares. Ao analisar os Projetos Pedagógicos de Curso (PPC's) e as suas respectivas ementas percebeu-se baixa convergência entre ementas e cursos. Cabe ressalva em relação às unidades curriculares propedêuticas dos cursos técnicos integrados, todas as demais, são diferentes. Nesse aspecto, cabe destaque à fala dos entrevistados, que os cursos técnicos integrados foram reformulados em 2019, sendo que nos PPC's anteriores, esse alinhamento era inexistente. Citou-se com exemplo a unidade curricular de física, que era diferente em cada um dos integrados, em relação a ordem de aplicação, hoje os conceitos de mecânica dos corpos são aplicados no mesmo período, nas três cursos integrados, segundo o entrevistado.

Ponto importante, também levantado por um dos entrevistados, é a ressalva em relação a este alinhamento curricular, já que, a proposta dos cursos integrados é a

interdisciplinaridade entre os conteúdos propedêuticos e técnicos. Essa integração pode ter viés negativo, quando entendida como necessidade de que os conteúdos sejam iguais, nas diferentes cursos, ferindo a proposta de ensino integrado.

Apesar desse alinhamento nas unidades curriculares propedêuticas, o mesmo não acontece nos saberes técnicos. Não existem, por exemplo, unidades curriculares dos cursos técnicos integrados que possam ser curricularizadas nos cursos técnicos concomitantes. Da mesma forma, não se percebe unidade curricular que possa ser ofertada para mais de um curso, mesmo profissionalizante (a título de exemplo, empreendedorismo, educação ambiental, custos). Mesmo as unidades curriculares presentes por força de lei (aspectos regulatórios, nos cursos superiores, como é o caso das disciplinas voltadas ao meio ambiente), não possuem convergência de saberes ou ementas.

Questionados sobre as razões dessa falta de alinhamento, diversas falas emergiram dos entrevistados. Com relação aos saberes técnicos nos cursos, citou-se que existem tensões relacionadas ao saber docente. Para que o alinhamento ocorra é necessária uma reformulação que muitas vezes retiraria determinadas unidades curriculares do curso (ou reduziria carga horária das existentes), não havendo entendimento quanto a este quesito. Citou-se também a necessidade de um debate mais integrado das áreas, que muitas vezes trabalham isoladas nos Grupos de Trabalho das respectivas áreas. Cabe destaque nas falas que a convergência de saberes é comum dentro do mesmo curso, porém não foram percebidas formas de se curricularizar desses saberes entre cursos distintos.

Outro elemento importante que emergiu da fala dos entrevistados é o de que não há relação direta entre o orçamento do Câmpus e o aumento do número de alunos (uma dos impactos da proposta de integração de eixos formativos, mas não o único ou principal). O entrevistado detalhou o processo de elaboração da matriz orçamentária, que serviu no passado para balizar o orçamento geral do IFSC, porém a distribuição dos recursos para os Câmpus leva em consideração a média de crescimento de toda rede. Pode-se dessa forma, por exemplo, ter um incremento significativo no número de alunos em um determinado ano, sem que isto impacte diretamente no orçamento do Câmpus, já que, se o crescimento for menor que a média, o incremento não é direto.

A partir do ano de 2019 o Ministério da Educação (MEC), segundo a fala do entrevistado, simplesmente ignorou a matriz orçamentária e determinou de forma discricionária o orçamento da instituição. Esse posicionamento pode ser percebido pelo quadro 4 a seguir, que ilustra o orçamento do Câmpus Araranguá a partir do ano de 2014.

QUADRO 4 – Orçamento do Câmpus Araranguá 2014-2020

Resumo Orçamentário 2014 a 2021 – Câmpus Araranguá				
Ano:	2014	2015	2016	2017
Capacitação de Servidores:	R\$ 98.000,00	R\$ 70.100,00	R\$ 72.000,00	R\$ 29.541,00
Funcionamento (Custeio):	R\$ 1.773.970,00	R\$ 1.831.340,50	R\$ 1.813.439,00	R\$ 1.881.845,69
Aquisição de Bens (Investimento):	R\$ 667.068,00	R\$ 609.699,00	R\$ 325.301,00	R\$ 119.241,24
Total (já descontado IFSC rede):	R\$ 2.539.038,00	R\$ 2.511.139,50	R\$ 2.210.740,00	R\$ 2.030.627,93
Ano:	2018	2019	2020	2021
Capacitação de Servidores:	R\$ 21.300,00	R\$ 21.300,00	R\$ 23.126,00	R\$ 13.121,00
Funcionamento (Custeio):	R\$ 1.732.920,16	R\$ 1.797.021,78	R\$ 1.756.622,67	R\$ 1.652.689,00
Aquisição de Bens (Investimento):	R\$ 74.809,80	R\$ 86.291,22	R\$ 315.325,00	R\$ 10.249,00
Total (já descontado IFSC rede):	R\$ 1.829.029,96	R\$ 1.904.613,00	R\$ 2.095.073,67	R\$ 1.676.059,00

Fonte: Departamento Administrativo (DAM).

OBSERVAÇÕES:

Os valores acima já consideram os descontos do antigo fundo de TI (4% do orçamento do câmpus em 2013) e atual fundo IFSC Rede (10% do orçamento do Câmpus em 2014, 2015 e 2016, alterando para 7,8% em 2017, 7,3% em 2018 e 6,6% em 2019) para cobrir despesas e investimentos em comum entre os Câmpus do IFSC como publicidade legal, sistema integrado de gestão (SIG), RNP, contratação de atendimento especializado ao aluno, parte de eventos institucionais como JIFSC, SEPEI, etc.

No 2º semestre de 2013, além do total acima, contamos também com um acréscimo extraorçamentário de R\$ 1.580.000,00 em investimento, através de termo de cooperação com a SETEC, usado para equipar salas e laboratórios com mobília e equipamentos que estavam em pregões vigentes naquele momento.

OS PRINCIPAIS CUSTOS ANUAIS DO FUNCIONAMENTO (CUSTEIO) SÃO: Contratos de serviços (como Vigilância 24hs, Limpeza, Portaria, Jardinagem, Motorista, entre outros) representando aproximadamente R\$ 1.193.231,00 e Energia Elétrica aproximadamente R\$ 200.000,00 anuais.

Em 2015 e 2016, em razão do Decreto nº 8540 de Outubro de 2015, emitido pela Presidência da República, e dos contingenciamentos orçamentários, os Câmpus reduziram seus contratos. No Câmpus Araranguá, em 2015, o contrato de vigilância teve 1 posto de trabalho diurno retirado para reduzir o custo do contrato em 21,52%. Em 2016, foi retirado 1 posto noturno do serviço de Portaria, reduzindo o custo em 26,95%, bem como também foi retirado 1 posto no contrato de limpeza para reduzir o custo em 11,08%. Em Setembro de 2019 foi retirado 1 posto noturno no serviço de vigilância, reduzindo de R\$ 34.459,19 para R\$ 21.994,92 mensais.

A partir da fala dos entrevistados, da relação indireta do número de alunos com o orçamento do Câmpus, destaca-se que existe concordância geral de que a proposta impacta positivamente os indicadores institucionais organizados na Plataforma Nilo Peçanha (PNP). Os quadros a seguir, trazem dados oriundos da Plataforma Nilo Peçanha, com índices relacionados ao número de matrículas, taxa de evasão e relação aluno x professor.

QUADRO 5 - Índice numérico comparativo

Câmpus/Ano	Cursos			Matriculas			Ingressantes			Concluintes			Vagas			Inscritos		
	2020	2019	2018	2020	2019	2018	2020	2019	2018	2020	2019	2018	2020	2019	2018	2020	2019	2018
Araranguá	22	23	22	1301	1255	1134	631	590	539	255	237	213	782	688	607	2092	1884	1642
Criciúma	49	59	34	2882	3144	3377	1901	1627	1607	851	746	510	2287	1958	2091	7372	5331	4053
Tubarão	26	38	25	1347	1909	957	1153	1502	681	408	540	296	1844	1947	945	2968	2887	1421

Fonte: Plataforma Nilo Peçanha

O quadro 5 organiza dados relativos às matrículas dos Câmpus do IFSC no Sul do Estado. Ao entrar no âmbito comparativo, cabe destacar que não houve aumento significativo no número de vagas ofertadas em nenhum dos três Câmpus. Já citou-se anteriormente as limitações relativas ao espaço físico e carga horária docente, destacadas nos POCV's. O crescimento significativo das inscrições nos Câmpus de Tubarão e Criciúma reflete uma demanda diferente da percebida em Araranguá. Outro elemento que merece atenção é o número de concluintes, dado melhor organizado no quadro 6 a seguir, a partir dos índices de evasão.

QUADRO 6 - Evasão e relação professor versus aluno

Câmpus/Ano	EV%			RAP*			Mat. Equivalentes			Prof. Equivalente		
	2020	2019	2018	2020	2019	2018	2020	2019	2018	2020	2019	2018
Araranguá	24,8	28,0	23,2	22,43	22,4	15,65	1379	1355	978	61,50	60,5	63,0
Criciúma	25,5	46,4	31,4	28,05	38,6	22,4	1752	2453	1379	62,50	63,5	62,0
Tubarão	36,0	61,3	35,2	35,01	31,57	18,6	700	600	353	20,0	19,0	19,0

Fonte: Plataforma Nilo Peçanha

O quadro 6 mostra os índices de evasão dos três Câmpus. Não são objetos deste estudo, apesar de sua importância, os elementos relacionados à permanência e êxito. Os índices apresentados são um valor médio, de todos os cursos ofertados. A evasão gera vagas ociosas que não podem ser preenchidas ao longo dos ciclos de curso. A heterogeneidade (ou falta de convergência dos saberes) nos cursos, não permite que alunos possam ser agrupados nas fases finais. Não é incomum, conforme relato dos entrevistados, unidades curriculares com poucos alunos. Não é objetivo questionar a qualidade ou viabilidade dessa condição, mas sim pensar numa proposta de recomposição desses quantitativos. O quadro 7, organiza os índices de evasão e o número de concluintes nos cursos técnicos do Câmpus Araranguá.

QUADRO 7 - Concluintes por curso Câmpus Araranguá

Curso/Ano	EV%			Concluintes		
	2020	2019	2018	2020	2019	2018
Técnico em Eletromecânica	25,2	45,0	14,0	39	54	-
Técnico em Produção de Moda	56,6	39,6	43,8	11	15	-
Técnico em Têxtil	35,6	41,0	24,8	13	15	-

Fonte: Plataforma Nilo Peçanha

É importante lembrar que a integração de eixos formativos, proposta neste trabalho, apesar de impactar diretamente nos indicadores institucionais citados, inclusive a matriz orçamentária do Câmpus, não é por si a solução. Para tal destaca-se a fala de um dos entrevistados, que esclarece que estes elementos são inerentes à dimensão técnica dos cursos e do funcionamento dos Câmpus. É necessário considerar o elemento político, que vem paulatinamente reduzindo o orçamento total dos Câmpus, o que, na fala do entrevistado, faz com que, mesmo com o aumento da oferta, caso ocorra pela integração proposta, fará com que “mais pessoas venham para comer um bolo cada vez menor”.

Frente a problemática exposta e as diversas possibilidades para integração dos eixos formativos, organiza-se no capítulo 5 uma proposta, a partir do curso Técnico em Têxtil ofertado no Câmpus.

5 PROPOSIÇÕES DE MELHORIA

Inicialmente propõe-se uma integração de eixos formativos a partir do Curso Técnico em Têxtil. O curso tem 17 unidades curriculares, distribuídas em 3 semestres, integralizando 1200 horas. A proposta de integração consiste na elaboração de cursos de Formação Inicial (FI) em cada um dos três semestres do curso. Cabe destacar que os Cursos de Formação Inicial propostos, estão alinhados com o curso técnico em questão e ao Catálogo Nacional de Cursos Profissionalizantes (PRONATEC).

O quadro 8 a seguir ilustra o curso de Formação Inicial em Serígrafo. Com carga horária de 160 horas, organizado em duas unidades curriculares de 80 horas cada, atende a perfil profissional detalhado no Guia Pronatec. Esclarece-se que a proposta é possível de ser ampliada.

QUADRO 8 – Formação Inicial Serígrafo

UNIDADES CURRICULARES	EMENTA	PERFIL PROFISSIONAL - GUIA PRONATEC
Tecnologia da Estamparia (80h)	Identificar e aplicar adequadamente as diversas técnicas da estamparia Localizada em artigos têxteis.	601. Serígrafo. CÓD. CURSO: 221207. Eixo Tecnológico: Produção Cultural e Design. Perfil Profissional: Realiza a transposição de imagens sobre diversas superfícies e materiais. Manipula e prepara tintas. Acompanha o processo de serigrafia. Ocupações Associadas (CBO): 7662-05 Impressor Serigrafia; 7662-05 Operador de Serigrafia.
Desenho Técnico (80h)	Elaborar fichas técnicas de produtos têxteis de forma planejada e proporcional. Criar padrões de estampas rotativas e de estamparia digital. Desenvolver estampas localizadas com técnicas de separação de cor para gravação de matrizes.	

Fonte: Elaborado pelos autores.

QUADRO 9 – Formação Inicial Assistente de Costura

UNIDADES CURRICULARES	EMENTA	PERFIL PROFISSIONAL - GUIA PRONATEC
Treinamento Operacional de Máquinas de Costura (80h)	Conhecer e identificar as máquinas de costura bem como executar a montagem de peças do vestuário em tecidos planos e de malha.	77. Assistente de Costura. Código do Curso: 278078. Eixo Tecnológico: Produção Cultural e Design Perfil Profissional: Assessora os costureiros no processo de montagem de peças de vestuário. Executa a distribuição dos cortes e aviamentos. Possui conhecimento dos diversos tipos de máquinas de costura. Alimenta as máquinas de costura com linhas e agulhas. Refila peças de roupa. Executa acabamentos em peças de vestuário. Ocupações Associadas (CBO): 7632-10 Auxiliar Costureira
Modelagem Plana (80h)	Elaborar e interpretar a modelagem plana industrial para desenvolver produtos de vestuário.	

Fonte: Elaborado pelos autores.

QUADRO 10 – Formação Inicial Tecelão de Malhas em Máquinas Circulares

UNIDADES CURRICULARES	EMENTA	PERFIL PROFISSIONAL - GUIA PRONATEC
Mecânica e Manutenção de Teares de Malharia Circular (80h)	Conhecer e executar corretamente os processos de SETUP (Troca de Artigo) e Manutenção Preventiva dos Teares de Malharia Circular.	627. Tecelão de Malhas em Máquinas Circulares. CÓD. CURSO: 221230. Eixo Tecnológico: Produção Industrial. Perfil Profissional: Executa operações no processo de tecimento de tecidos de malha, carregando a máquina, acompanhando o processo de produção, corrigindo defeitos relativos ao processo de tecimento, em máquinas circulares, seguindo normas e procedimentos ambientais, de segurança e de qualidade, conforme estabelecidos pelo setor industrial. Ocupações Associadas (CBO): 7613-57 Operador de Urdideira; 7613-63 Remetedor de Fios; 7613-09 Tecelão (tear automático); 7613-30 Tecelão De Malhas – Máquinas Circulares; 7613-33 Tecelão De Malhas – Malharia Retilínea; 7613-27 Tecelão de malhas, a máquina.
Treinamento Operacional de Teares de Malharia Circular (80h)	Operar e regular teares circulares para a produção de tecidos de malha seguindo os procedimentos de segurança e qualidade.	

Fonte: Elaborado pelos autores.

Na sequência da proposta de integração de eixos formativos, o quadro 11 a seguir detalha a proposta de um curso de formação inicial em Agente de Desenvolvimento Socioambiental. Os saberes propostos poderiam ser trabalhados em quaisquer dos cursos técnicos ofertados no IFSC Araranguá.

QUADRO 11 – Formação Inicial Agente de Desenvolvimento Socioambiental

UNIDADES CURRICULARES	EMENTA	PERFIL PROFISSIONAL - GUIA PRONATEC
Cidadania, meio ambiente, responsabilidade social e sustentabilidade (80h)	Compreender a origem e a evolução histórica do desenvolvimento econômico; Caracterizar aspectos do desenvolvimento econômico sustentável.	16. Agente de desenvolvimento Socioambiental. Código do Curso: 221492. Eixo Tecnológico: Ambiente e Saúde. Perfil Profissional: Auxilia a implantação de ações socioambientais coletivas para resolução de problemas em ambientes naturais, urbanos e rurais. Realiza a mediação entre os cidadãos e os diversos segmentos da sociedade no planejamento e na implementação de projetos socioambientais. Identifica situações-problema e propõe soluções. Estimula a reflexão sobre os riscos e vulnerabilidades socioambientais e fomenta a busca por soluções pertinentes ao contexto de atuação. Ocupações Associadas (CBO): Não há.
Teorias e estratégias do desenvolvimento sustentável (80h)	Interpretar parâmetros qualitativos e quantitativos relativos aos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS); Diagnosticar problemas ambientais locais e regionais e propor ações para minimizar seus impactos.	

Fonte: Elaborado pelos autores a partir do Guia PRONATEC.

A proposta está pautada nos objetivos de desenvolvimento sustentável, ilustrada na figura 2 a seguir.



FIGURA 2 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

Fonte: Itamaraty (2015).

O termo “Desenvolvimento Sustentável”, nos últimos tempos, tem gerado muitas discussões. Podemos observar que o desenvolvimento econômico se relaciona diretamente ao acúmulo de capital, o que tecnicamente gera muitos benefícios à sociedade, contribuindo com o progresso do país. Nardelli (2001) diz que

Frente a esse cenário, a sustentabilidade é uma preocupação global e tem se tornado familiar para a maioria das pessoas, principalmente nos países desenvolvidos. É discutida no sentido de redução da degradação ambiental, considerada como consequência imediata do crescimento econômico. O termo tem sido usado no sentido de sobrevivência humana na Terra. Pode ser interpretado, então, como a necessidade de conservar os recursos naturais a partir de limites ao crescimento das atividades humanas, o que, conseqüentemente, levaria à redução da taxa de degradação ambiental. Sob esse enfoque, os principais desafios a serem enfrentados seriam os problemas relacionados ao aumento do consumo e da população. (NARDELLI, 2001, p. 3).

No ano de 2015, entre os dias de 25 e 27 de Setembro, na cidade de Nova Iorque, ocorreu uma conferência da cúpula da Organização das Nações Unidas (ONU), onde foi apresentado um programa de proporção mundial, a fim de melhorar as condições de vida dos povos e do planeta, intitulado “Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)”, sendo estes 17 no total. Pauta-se então, no âmbito da gestão pública, este estudo no pilar do princípio da eficiência. Pretende-se demonstrar que uma organização curricular que integre eixos formativos, não fere os elementos regulatórios vigentes, ampliando os índices de aproveitamento institucionais.

Ainda considerando a proposta em questão, um outro movimento, no sentido da integração dos eixos formativos, seria a criação de Cursos Abertos de Fluxo Contínuo (também conhecidos como Mooc’s – Massive Online Open Courses). O curso em questão, Técnico em Têxtil, tem 20% de sua carga horária curricularizada na modalidade à distância (EAD). A partir destes conteúdos seria possível organizar cursos livres com os elementos teóricos trabalhados nas unidades curriculares. O aluno que tivesse êxito poderia requerer certificado através de banca, utilizando o mecanismo previsto no Regimento Didático Pedagógico (RDP), que versa em seu Art. 95: O aluno que tenha extraordinário aproveitamento nos estudos demonstrado por meio de provas e demais instrumentos de avaliação específicos, poderá ter a duração do seu curso abreviada. § 1º Uma comissão examinadora será constituída por pelo menos 2 (dois) professores do curso além da Coordenadoria de Curso, devendo elaborar a sistemática de avaliação de acordo com as características do curso descritas em seu PPC, aplicando os instrumentos apropriados e

emitindo a nota do componente curricular.

QUADRO 12 - Institucionalização da Educação Ambiental (EA) no Brasil

ANO	MARCO INSTITUCIONAL	DIRETRIZES
1973	Secretaria Especial do Meio Ambiente (Sema)	Promover e acompanhar ações direcionadas a preservação do Meio Ambiente, dentre elas a Educação Ambiental.
1981	Lei nº 6.938, que institui a Política Nacional de Meio Ambiente - PNMA	Incluir a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino das comunidades
1988	Constituição Federal de 1988 (inciso VI, do art. 225)	Necessidade de “promover a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente”.
1992	Carta Brasileira de Educação Ambiental (MEC)	Instrumento importante para viabilizar a sustentabilidade como estratégia de sobrevivência do planeta e, conseqüentemente, de melhoria da qualidade de vida humana
1997	Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN)	Necessidade de tratar alguns temas sociais urgentes, de abrangência nacional, denominados temas transversais, que são meio ambiente, ética, pluralidade cultural, orientação sexual, trabalho e consumo.
1999	Política Nacional de Educação Ambiental/PNEA (Lei nº 9795/99)	Fundamenta a EA em todos os níveis de ensino.
2002	Lei nº 9.795/99, regulamentada pelo Decreto nº 4.281	Define, entre outras coisas, a composição e as competências do Órgão Gestor da PNEA lançando, assim, as bases para sua execução.
2012	Resolução nº 2 do Ministério da Educação estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Ambiental	Devem ser observadas pelos sistemas de ensino e suas instituições de Educação Básica e de Educação Superior.

Fonte: De Souza (2020).

Nos cursos em questão, é possível que parte da carga horária seja integralizada na modalidade de Educação à Distância (EaD). Essa carga horária pode ser estruturada para oferta de cursos livres de oferta contínua (também conhecidos como MOOCS, massive online open courses). Essa organização curricular possibilita a oferta numa abrangência maior, fora da sede do Câmpus.

A proposta de integração de eixos formativos vai de encontro a vários objetivos de desenvolvimento sustentável. Os saberes trabalhados de forma horizontal, em diferentes cursos, possibilitam ampliação da interdisciplinaridade, indo de encontro ao objetivo 4, educação de qualidade. A ampliação da oferta de cursos, através do cursos de formação inicial e formação inicial e continuada, também dos cursos livres, vai de encontro ao objetivo 8, emprego digno e crescimento econômico (também social, principalmente ao trazer à luz os elementos da sustentabilidade). Essa ampliação da oferta ao atingir cidades mais afastadas da sede do Câmpus reduz as desigualdades, objetivo 10, ampliando o ensino de qualidade e

gratuito.

Em específico, a inclusão de um curso de formação inicial em agente de desenvolvimento socioambiental, integrado à diversos cursos ofertados pela instituição, vai de encontro ao objetivo 11, cidades e comunidades mais sustentáveis. Na mesma linha, conforme identificado na pesquisa, é possível integralizar estes saberes em cursos superiores, através de projetos de extensão. O egresso dos cursos da instituição, pode atuar como facilitador dos cursos livres, nas indústrias da região, ampliando parcerias estratégicas, que fortaleçam as metas do desenvolvimento sustentável, objetivo 17.

6 CONCLUSÕES

Este estudo evidenciou elementos importantes relacionados à organização curricular dos cursos ofertados pelo IFSC Araranguá. A proposta de integração de eixos formativos pode trazer ganhos significativos nos indicadores institucionais do Câmpus. A proposta apresentada é vista como possível de implementação, desde que superadas tensões entre as áreas e ampliado o debate sobre a proposta com a comunidade acadêmica.

O aumento da oferta, entretanto, não deve ser o único foco do debate, já que, o elemento político relacionado ao orçamento gera pressões institucionais que tiram o foco dos atores institucionais de propostas mais amplas, já que, a preocupação maior passa ser a de atender o mínimo. Outro elemento é a relação indireta entre o crescimento da oferta e o orçamento do Câmpus, sendo o ganho da proposta mais relacionado com os indicadores institucionais organizados na Plataforma Nilo Peçanha.

Uma das limitações do trabalho, imposta pela Pandemia SARS-COV19 foi da entrevista com alunos dos cursos. Desta forma cabe em debates futuros incluir discentes na elaboração de propostas. É comum termos alunos que cursaram o ensino técnico integrado em vestuário e depois ingressam no superior de tecnologia em design de moda. A integração de eixos formativos possibilitaria maior fluidez dos alunos, inclusive buscando saberes em eixos tecnológicos distintos. Recomenda-se em trabalhos futuros a ampliação do debate em outros cursos e Câmpus do IFSC.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Verônica Santos et al. Integração curricular na formação superior em saúde: refletindo sobre o processo de mudança nos cursos do Unifeso. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 31, n. 3, p. 296-303, 2007.
- APOLINÁRIO, Fabio. **Metodologia da ciência: filosofia e prática da pesquisa**. 2. ed. São Paulo : Cengage Learning, 2012.
- BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. **Curso de direito administrativo**. 32. ed. /atual até Emenda Constitucional 84, de 02/12/2014. São Paulo : Malheiros, 2014.
- BEZERRA, Daniella Souza. **Políticas e planejamento do ensino médio (integrado ao técnico) e da língua estrangeira (inglês): na mira(gem) da politecnicidade e da integração**. 2012. 203 f. Tese (Doutorado) - Curso de Educação, Linguagem e Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <http://abre.ai/bEjm>. Acesso em: 11 out. 2020.
- BORGES, Livia Freitas Fonseca. Eixo Estruturante e Transversalidade: elementos orientadores dos currículos da formação de profissionais da educação. In: CAVALCANTE, Maria Marina Dias Cavalcante et al. (Orgs.). **Didática e Prática de Ensino: Diálogos sobre a Escola, a Formação de Professores e a Sociedade**. 1ed. Fortaleza-CE: UECE, v. 4, p. 01181-01199, 2015.
- BORMANN, Aliete Cavalcante. O Programa Ensino Médio Inovador e a Proposta de Integração Curricular para o Ensino Médio. **Revista Eletrônica Científica Ensino Interdisciplinar**, v. 3, n. 7, p. 21-31, 2017.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Parecer nº 776 de 3 de dezembro de 1997. **Orientação para as diretrizes curriculares dos cursos de graduação**, 1997. Disponível em: <http://abre.ai/bEjz> Acesso em: 11/10/2020.
- _____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 12/10/2020.
- _____. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e base da educação nacional – **LDB**. Brasília, DF: Presidência da República, Casa Civil, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm. Acesso em 11/10/2020.
- _____. Ministério de Educação. **Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos**. 3ª edição. Brasília, DF: MEC, 2016. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/catalogos-nacionais-de-cursos-tecnicos> Acesso em: 11/10/2020.
- _____. Ministério da Educação. **Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2010. Disponível em: <http://catalogo.mec.gov.br/>. Acesso em: 11/10/2020.

_____. Ministério das Relações Exteriores. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Brasília, DF: Itamaraty, 2015. Disponível em: <http://abre.ai/bHR6> Acesso em: 25/10/2020.

_____. Resolução nº 3, de 9 de julho de 2008. Dispõe sobre a instituição e implantação do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio. Diário Oficial da União: Seção 1, Brasília, p. 9, 10 de julho de 2008a.

DA SILVEIRA, Lisiane Bender; ESCOTT, Clarice Monteiro. Ensino Médio Integrado: uma proposta de autoavaliação. **ScientiaTec**, v. 7, n. 1, 2020.

DE ALMEIDA CIODARO, Adriane Drummond; DE MELLO, Ediméia Maria Ribeiro. Proposta de dois eixos formativos para educação econômica autogestionária na educação integral. **Revista Iberoamericana de Educación**, v. 67, n. 1, p. 9-26, 2014.

DE SOUZA, Janiele de Brito et al. As Dimensões do Desenvolvimento Sustentável e suas implicações na Educação Ambiental no Ensino Médio Integrado à Educação Profissional. **Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA)**, v. 15, n. 5, p. 89-108, 2020. Disponível em: <http://abre.ai/bHsk> Acesso em 25/10/2020.

GESSER, Verônica. A interdisciplinaridade como matriz para os currículos dos cursos de comunicação social. **Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas**, v. 11, n. 98, p. 445-461, 2010.

MEIRELLES, Hely Lopes; BURLE FILHO, José Emmanuel; BURLE, Carla Rosado. **Direito administrativo brasileiro**. 42 ed. /atual até a Emenda Constitucional 90, de 15/09/2015. São Paulo : Malheiros, 2016.

NARDELLI, Aurea Maria Brandi. Sistemas de certificação e visão de sustentabilidade no setor florestal brasileiro. 2001. 121 p. Tese (Doutorado em Ciência Florestal) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 2001.

OLIVEIRA, Anely Silva. A política curricular na educação profissional técnica integrada. **Ensino em Foco**, [S.l.], v. 1, n. 1, fev. 2018. Disponível em: <http://www.publicacoes.ifba.edu.br/index.php/ensinoemfoco/article/view/435>. Acesso em: 08 out. 2020.

RAMIREZ, R. A.; MATOS, T. V. DE. A formação por competências:: um estudo da matriz curricular do curso superior de Tecnologia em Gestão Empresarial. **Quaestio - Revista de Estudos em Educação**, v. 21, n. 2, 30 ago. 2019.

SAMPIERI, Roberto Hernández; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, María del Pilar Baptista; tradução: Daisy Vaz de Moraes. **Metodologia de pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre : Penso, 2013.

SENA, Getúlio Neves; ABRANCHES, Ana de Fátima Pereira de Souza. CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 12., 2015, Curitiba. **A matriz curricular Nacional para ações formativas dos profissionais da área de segurança pública e o currículo do curso**

de formação de oficiais bombeiro militar: Quais relações possíveis. Curitiba: Cátedra Unesco, 2015.

SILVA, Roberto Rafael Dias da. A individualização dos percursos formativos como princípio organizador das políticas curriculares para o Ensino Médio no Brasil. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 27, n. 103, p. 426-447, 2019.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **O Currículo como Fetiche:** a poética e a política do texto curricular. 1. ed. Belo Horizonte ; Autêntica, 2001.

SOUSA, Fábio Cunha; SOUZA JÚNIOR, Marcílio. O currículo e a educação física na rede estadual de Pernambuco: uma perspectiva interativa práxica. **Pensar a Prática**, v. 16, n. 1, 2013. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/fe/article/view/13003>. Acesso em: 08 out. 2020.

VALLS GABERNET, Maria Josep; JOVÉ MONCLÚS, Glòria. El estudio de los itinerarios escolares y post-escolares como pauta de reflexión en la construcción de una escuela y una sociedad para todos. **Revista de educación**, n. 325, p. 283-297, 2001. Disponível em: <https://www.recercat.cat/handle/10459.1/46346> Acesso em: 11/10/2020.